

ORDENAMENTO TERRITORIAL E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O CASO DA CIDADE DE PAU DOS FERROS-RN

Aurécio Cavalcante de Azevedo

Discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros-RN
E-mail: aureciogeo@gmail.com

Cleanto Fernandes de Sousa

Graduado em Geografia licenciatura (Educação Básica) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus CAMEAM, Pau dos Ferros
E-mail: cleanto-oeste@hotmail.com

José Ilânio Chaves

Discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros-RN
E-mail: ilanio_chaves@hotmail.com

Yure da Silva Paiva

Discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros-RN
E-mail: yurepj@hotmail.com

RESUMO:

Este trabalho vem abordar uma discussão sobre a segregação socioespacial na cidade de Pau dos Ferros-RN no intuito de identificar os determinantes desse processo e ponderar acerca das consequências e impactos das formas de organização do espaço urbano em tal município, a luz do planejamento por intermédio dos parâmetros vigentes no rol da legislação brasileira sobre ordenamento territorial do espaço urbano e também de literatura especializada no tema. Para isso, foi necessário análise bibliográfica e visita in lócus. O que se constatou é que há grande necessidade de planejamento territorial na cidade visto que não há aplicação, nem mesmo existência, do plano diretor como parâmetro de organização do espaço, o que dificulta um gerenciamento do território, fato promotor da desorganização e segregação socioespacial.

Palavras chave: Ordenamento territorial; capitalismo; segregação socioespacial; município de Pau dos Ferros/ RN.

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre ordenamento territorial como ferramenta de planejamento é algo recente no Brasil. A questão da segregação socioespacial nas cidades brasileiras é fenômeno expressivo na literatura desde períodos remotos, que conferem uma caracterização que se perpetua desde o processo de urbanização do país (SANTOS, 1993).

Nestes termos, buscar a resolução dos conflitos socioespaciais no espaço urbano é um desafio posto as diversas políticas de ordenamento territorial. Neste trabalho, há uma breve consideração sobre alguns elementos do processo de organização do espaço urbano no município de Pau dos Ferros, RN, na tentativa de analisar os determinantes das condições de segregação

socioespacial e também dos impactos que este evento enreda a socioeconômica local.

Como arcabouço metodológico adotou-se uma análise qualitativa na perspectiva dos conflitos entre elementos contraditórios e da luta entre classes ((PRODANOV; FREITAS, 2013, p.34). Os métodos utilizados foram pesquisa bibliográfica, visita *in lócus*, e análise de dados secundários a partir do censo demográfico (IBGE, 2010).

O trabalho está dividido em 4 partes, começando pela discussão sobre o planejamento urbano. Na segunda e terceira seção discute-se a questão do planejamento urbano territorial e em seguida aspectos relacionados a segregação socioespacial para a compreensão da temática em estudo, que atenta sobre o ordenamento e a segregação socioespacial. Na última seção propõe-se a compreender os resultados obtidos nos cartogramas temáticos acerca da segregação socioespacial no município de Pau dos ferros e visita *in lócus*.

2 PLANEJAMENTO URBANO

As cidades ao longo do tempo passaram por profundas transformações, e nesse sentido, os espaços urbanos foram redefinidos mediante diferentes formas de organização social, passando a expressar “um espaço de relações objetivas entre os agentes, uma estrutura de posições nos quais os agentes tem acesso diferenciado aos recursos materiais (poder), que definem certas tensões e conflitos urbanos” (SANTOS JUNIOR, 2007, p.16).

O estudo do processo de produção do espaço urbano, ou seja, “o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1995, p.1) é um fenômeno heterogêneo que só pode ser compreendido mediante a complexidade e o “reflexo das diferenças socioeconômicas presentes na sociedade” (STEIN NETO, 2008, p.155).

Dessa forma, se o espaço urbano se apresenta condicionado pelo reflexo social, as políticas públicas devem ser a mediação necessária para traçar alternativas que venham solucionar os conflitos e contradições que se estabelecem no e sobre os núcleos urbanos, capaz de definir meios viáveis que proporcionem o crescimento ordenado das cidades, mediante o uso racional do território, já que este representa “a extensão apropriada e usada (SANTOS, 2006, p.19).

Contudo, apesar de tantos avanços legislativos e ampliação da participação da sociedade na gestão das políticas públicas urbanas, ainda ficamos aquém do que poderíamos alcançar em termos de construção de um sistema nacional de desenvolvimento urbano que seja capaz de atender todas as esferas da federação, visto que “a política urbana nacional foi sendo progressivamente reduzida a programas

pontuais, atendendo aos interesses de determinados grupos e parcelas do capital” (FERREIRA, 2017, p.123), com reduzida organização interna e pouca disciplina sobre o território.

Já Fernandes; Ruiz; Gândara (2012) veem o planejamento urbano se relacionar diretamente ao desenvolvimento das cidades, mediante a plenitude do conceito de competitividade urbana, em que o processo de crescimento das cidades obedece uma lógica organizacional, segundo o poder aquisitivo dos grupos que se apropriam de um determinado espaço, apresentando-se hierarquizados bairros ricos e bem estruturados, enquanto existe outros carentes de infraestrutura básica, devendo o planejamento minimizar as incertezas e ordenar adequadamente todos seus espaços.

Para Theis (2016, p.83-84) “Se o planejamento é tomado como um instrumento que deva alinhar o desenvolvimento (local, regional, nacional...) ao capital, então se planeja para reduzir incertezas [...] e atender às necessidades e aos interesses das populações, exercendo controle sobre o capital”. Assim, o planejamento urbano mais do que uma ferramenta de crescimento das cidades é um processo que procura melhor atender o desenvolvimento dos espaços da cidade, buscando minimizar os variados problemas decorrentes do processo de urbanização e subsidiar meios que garantam o uso racional e ordenado do território pela sua sociedade.

Para tanto, torna-se de suma importância compreender a formação socioterritorial e a localização da área de estudo desse trabalho, a respeito da segregação socioespacial.

3 PAU DOS FERROS: FORMAÇÃO TERRITORIAL, LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

As origens de território que atualmente compreende o município de Pau dos Ferros estão diretamente ligadas ao modelo de ocupação promovido desde o período colonial e a forma de exploração econômica e organização social do contexto histórico da região Nordeste.

Tal município participava na divisão territorial do trabalho como área de repouso para o gado bovino durante as longas travessias do sertão semiárido para a Zona da Mata Nordestina (ANDRADE, 2004). Esse espaço ao desenvolver tal função, tornou-se área privilegiada para a formação município, já que representava a principal rota do gado desse imenso interior, recebendo o nome de Pau dos Ferros, muito em decorrência da tradição de os vaqueiros marcarem a oiticica, que os abrigava

durante as travessias, com os instrumentos de ferrar o gado. Conforme Morais (2007):

Os primeiros sinais de povoamento na região próxima as margens do Rio Apodí ocorreram no final do século XVII, com a chegada de grupos compostos por bandeirantes vindos do Rio São Francisco, após atravessarem os Estados da Paraíba e Pernambuco (MORAIS, 2007, p.159).

Dessa forma, fica claro a importância desse lugar, já que representava área de grande importância no trajeto dos animais do sertão, pela sua proximidade com os Estados da Paraíba e Ceará, possibilitando maior integração desses espaços, em que o acesso se tornava prioritário e mais vantajoso.

Assim, como área logística, o município localizado na região Nordeste do Brasil, mais precisamente na mesorregião Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, passou a ganhar forma e definir seu espaço, tornando-se área de interesse e de reprodução de Capital, o que faz de Pau dos Ferros, uma cidade de forte representatividade territorial entre as cidades Oeste potiguares, principalmente entre as que estão em seu espaços limítrofes, Francisco Dantas (a Nordeste), São Francisco do Oeste (ao Norte), Encanto (a Sudoeste), Rafael Fernandes (ao Sul), Marcelino Vieira (a Sudeste), Tenente Ananias (a Leste), além do estado do Ceará (a Noroeste), centralizando interesses diversos que pela sua importância abstrai as populações de todas as cidades vizinhas, (**Figura 1**).

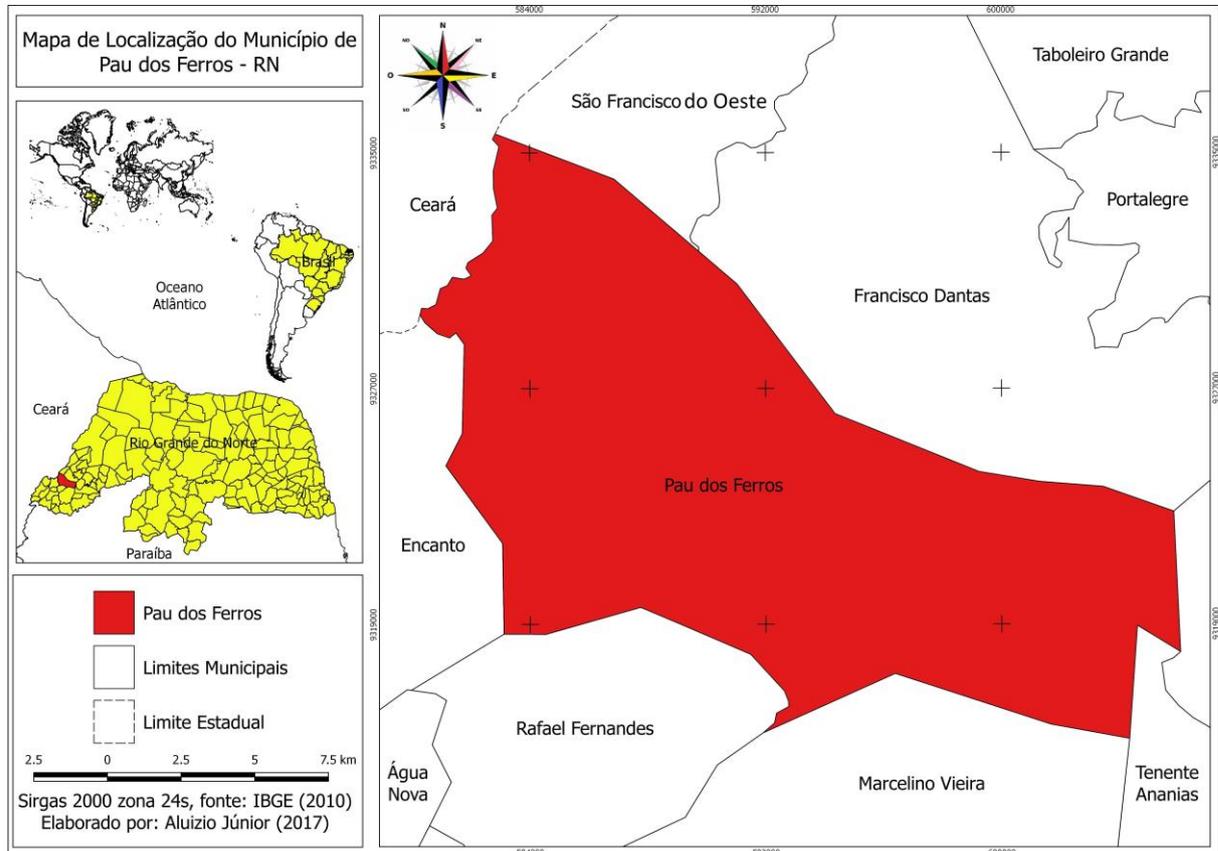
Dessa forma, as margens do rio Apodí, surgiu o povoado que cresceu rapidamente, o que Morais (2007) atesta ter ocorrido devido à localização ser no centro da região oeste do estado. Esse espaço foi elevado à categoria de município com a denominação de Pau dos Ferros, pela resolução provincial n° 344, de 04-09-856, desmembrado do município de Portalegre (IBGE, cidades). Desde então o município veio passando por uma série de formatações no seu território.

O fato da posição geográfica associada a pecuária extensiva e ao fato da proximidade das margens do rio Apodí beneficiaram o município atraindo população e contribuindo para o aumento do perímetro urbano, que apresenta como sitio urbano uma área rebaixada situada na planície fluvial do rio Apodi-Mossoró.

O município de Pau dos Ferros contém uma população absoluta de 27.745 habitantes apresentando maior parcela da população vivendo na zona urbana, 92%, (IBGE, 2010). A cidade de Pau dos Ferros possui uma importância no contexto das redes e fluxos nos espaços interiorizados do semiárido pois representa, ao mesmo tempo um centro atrativo devido seus inúmeros equipamentos, bem como sua localização

estratégica como uma cidade de fronteira (DANTAS, 2014).

Figura 01: Mapa de localização do município de Pau dos Ferros



Fonte: SIRGAS (2000) e IBGE (2010)
Elaboração: Os Autores e Júnior (2017).

Tal peculiaridade, contribui para uma expansão da cidade num ritmo acelerado e por vezes, desorganizado, cuja implantação de infraestrutura sempre privilegiou os dispositivos mais satisfatórios ao capital. A malha urbana cresceu principalmente em direção sul e sudeste acompanhando justamente esses equipamentos conforme Dantas (2014), mas com ausência de um Plano Diretor para gerenciar esse crescimento, mesmo a cidade comportando número de habitantes que exige tal medida. Para tanto, torna-se necessário compreender aqui como dar-se o debate da segregação socioespacial no município de Pau dos Ferros, que é o foco de estudo.

4 O DEBATE SOBRE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM PAU DOS FERROS

Desde os anos 1970 iniciou-se vários estudos no Brasil que têm analisado intensamente aspectos concernentes a segregação socioespacial nesse território, em virtude de alguns espaços serem ocupados por grupos sociais de

baixo poder aquisitivo, caracterizando-os como periferias, uma vez que são espaços homogêneos ausentes de planejamento e políticas públicas estatais adequadas, que estando localizados nas extremidades de áreas metropolitanas não apresentam nenhuma organização interna (TORRES *et al*, 2003).

Esses espaços estão inseridos localmente em loteamentos irregulares ou ilegais de grandes propriedades, cujo princípio não responde ao cumprimento das exigências para a aprovação do assentamento no município (TORRES *et al*, 2003), o que faz da cidade uma reprodução desordenada e com déficit de infraestrutura. A segregação socioespacial nas principais cidades brasileiras é semelhante ao caso analisado, em que a expansão se dá como área de pobreza técnica e que aos poucos vai passando por modificações em sua estrutura Torres *et al*. (2003), pretendendo ser altamente concentrada em termos espaciais. De acordo com o próprio autor:

[...] no Brasil a ênfase da literatura sempre esteve mais na existência de desigualdades e injustiças na distribuição da renda e dos serviços públicos do que na separação dos grupos sociais. Esses dois elementos estão obviamente associados empiricamente, assim como se imbricam nos processos que produzem o espaço urbano, mas enquanto na literatura internacional há forte ênfase na questão da análise da homogeneidade de cada espaço em particular, no caso nacional essa dimensão está praticamente ausente, sendo o foco centrado nas desigualdades. Por outro lado, parece muito mais difícil combater a pobreza por meio das políticas públicas no Brasil, visto que a pobreza acumulada é enorme e os processos que a reproduzem estão mesclados com vários aspectos de reprodução social (TORRES *et al*, 2003, p. 100).

No Brasil os focos de concentração na distribuição de renda e nos serviços públicos estão concentrados nas áreas mais propensas ao desenvolvimento, o que não foge às características das médias e pequenas cidades, em que as áreas mais bem localizadas são as que detém os melhores aparatos técnicos, denotando em virtude disso o mal planejamento das políticas públicas por não privilegiarem os centros periféricos adequadamente. Com isso, ocorre forte aceleração no processo da segregação, formando espaços diferenciados socialmente em um mesmo centro urbano.

Com isso, os diversos problemas relacionados a precariedade das condições de habitação, infraestrutura, especulação imobiliária, por vezes típicos dos grandes centros, passa a ser também, fato observado nos centros¹ médios. Ao analisar a escala local, no caso da cidade de Pau dos Ferros, é nítida a existência da problemática da segregação socioespacial

¹ Destaca-se aqui um centro médio em relação a sua polaridade na região. (DANTAS, 2014)

que pode ser constatada por meio da visualização de imagens extraídas de diferentes parcelas do perímetro urbano do município (**Figura 02**).

Figura 02: Mapa da localização dos bairros no município de Pau dos Ferros-RN



Fonte: SIRGAS (2000), IBGE (2010) e OPENSTREETMAP (2017).

Elaboração: Os Autores e Júnior (2017).

Tomando como referência empírica de análise os bairros: Centro, Riacho do Meio, Chico Cajá, Nações Unidas e Manoel Deodato, podemos visualizar contrastes entre os mesmos no tocante a infraestrutura em relação a sua função. No Centro municipal, cuja função corresponde a de centro comercial e de prestação de serviços, observa-se a presença de maior número de equipamentos de serviços e infraestrutura.

No bairro Nações Unidas, residencial, há presença de equipamentos no entorno dos domicílios em nível apreciável, a exemplo de alguns condomínios fechados que marcam a paisagem da cidade. Tal bairro destina-se a atender a demanda dos servidores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, uma IES presente na cidade (localizado no Bairro Arizona, lado oposto do referido bairro), e apresenta área de expansão de domicílios financiados pela Faixa Federal, o que torna um fator a manter, embora reduzido, algum planejamento interno com estrutura mais adequada,

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

apesar de apresentar deficiências em infraestrutura básica.

No Bairro Manoel Deodato verificou-se amplamente sua função residencial, com a espacialização de conjuntos habitacionais desarticulados entre si que se justifica pela precariedade de equipamentos de infraestrutura e de prestação de serviços, o que faz dessa parcela territorial, área de forte exclusão social.

Já o Bairro Chico Cajá é uma área de expansão recente, que vem se desenvolvendo nas intermediações do Instituto Federal, atendendo as demandas de seus funcionários, mas desarticulado internamente. Seu espaço, apresenta áreas com bom suprimento de infraestruturas, enquanto outras partes ainda são bem carentes desses equipamentos. Contudo são espaços que precisam ser revitalizados e apresentar as condições necessárias a sua ocupação, visto ser recentemente uma área de forte interesse do capital.

Contudo, o Bairro Riacho do Meio é um bairro mais antigo que se desenvolve no entorno da BR 177 e que aos poucos vem se integrando ao espaço urbano da referida cidade, embora deficiente em infraestrutura, apresenta sinais de urbanização com algumas ruas pavimentadas e alguns instrumentos urbanos em sua área, mas com reduzida organização interna.

Esse surgimento das desigualdades espaciais são fruto do próprio sistema capitalista, já que segundo Harvey (2005) a atividade capitalista produz um desenvolvimento que tem origem desigual no espaço geográfico.

Nos últimos anos, a ocupação do espaço urbano brasileiro não ocorreu de maneira socialmente igualitária, já que o papel concentrador de oportunidades e riquezas motivado pelo desenvolvimento econômico não contemplou necessariamente o conjunto de pessoas residentes a se beneficiarem igualmente. Pelo contrário, foi um dos principais fatores para o surgimento de espaços segregados, por não apresentar políticas públicas adequadas que contemplassem a sociedade como um todo (GOTTSCHALG, 2012). No que se refere aos aspectos sócioespaciais, o mesmo autor salienta que:

[...] manifestam-se na ocupação de áreas impróprias e inadequadas à moradia as denominadas favelas, assentamentos precários ou aglomerados subnormais. Assentamentos localizados nas periferias, distantes dos centros urbanos; ou mesmo localizadas em zonas centrais, próximos a bairros valorizados pelo mercado imobiliário, mas em áreas de topologia imprópria à construção, em situações de risco geológico (GOTTSCHALG, 2012, p. 07).

Nestas áreas é bastante frequente problemas de infraestrutura urbana como por exemplo, a falta de serviços básicos, a rede de esgoto sanitário,

coleta de resíduos sólidos e abastecimento de água potável, precariedade referente ao transporte público local, e como também a inexistência de equipamentos comunitários de atendimento social. Não se pode esquecer também que são espaços que apresentam condições de insegurança físico-ambiental e social.

Diante disso, com base nos argumentos de Gottschalg (2012) são considerados territórios que traduzem a dualidade urbana, de um lado cidades receptoras dos benefícios da urbanização e desenvolvimento, de outro, espaços que apresentam concentração de pobreza, segregação espacial e exclusão social, como por exemplo, no município de Pau dos ferros o bairro do Centro em relação ao Manoel Deodato, onde constatou-se essa dualidade urbana, algo comum em cidades brasileiras.

Nota-se, contudo, a precariedade das condições habitacionais e de serviços urbanos básicos que atingem a população de alguns bairros alocados distante do Centro (**Figura 3**). Esses elementos torna a cidade um campo contraditório, por não representar os fundamentos e preceitos legais que regem os centros urbanos, apresentando a realidade do município que não foge à regra do ordenamento urbano do país.

A precariedade das condições de saneamento básico pode ser atestada com base nos dados secundários (IBGE, 2010). A falta de gerenciamento do uso do solo urbano, a presença de lixo amontoado em diversas partes, ausência de pavimentação como calçamento e bueiros são alguns dos problemas detectados no percurso selecionado e que certamente afetam a qualidade de vida da população aí existente. Essa contraditoriedade no espaço urbano de Pau dos Ferros é fato típico nas cidades brasileiras.

Seja como for, tome a forma que tome, a verdade é que a segregação socioespacial tem efeito direto e significativo sobre a vida das pessoas. As análises realizadas para o Brasil, bem como para outros países, não deixam dúvidas que, independentemente da condição social, o “espaço importa” quando o assunto diz respeito às condições de vida dos habitantes de uma cidade ou região metropolitana (CUNHA, 2010, p.68).

Atento a esse processo, deve-se enfatizar que o não investimento em certas parcelas da cidade pelo poder público ocorre em função do desinteresse pelos agentes do capital, visto ser algumas áreas de ocupações irregulares, sem nenhuma organização interna e de baixo nível técnico e educacional de sua população, que conforme Cunha (2010) se expressam:

Sejam porque se tratem de áreas ocupadas clandestinamente, ou porque sejam áreas muito distantes e, portanto, pouco acessíveis, ou simplesmente porque há evidente desinteresse; a verdade é que parcela significativa da população não é atendida devidamente em função de sua

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br

localização (CUNHA, 2010, p.70).

Dessa forma, são áreas distante do centro que não oferecem as condições mínimas ao investimento, e que por apresentar resistências dos grupos que ali residem, tornam-se espaços esquecidos pelo capital, que se desenvolvem desarticulado e sobrevivem com reduzida infraestrutura e baixo nível organizacional.

Uma abordagem de alguns elementos identificados pelo Censo demográfico (IBGE, 2010) pode nos mostrar algumas deficiências no atendimento de alguns equipamentos no entorno dos domicílios na cidade em questão.

Figura 3: EQUIPAMENTOS DE INFRAESTRUTURA DO ENTORNO DOS DOMÍCIOS NA CIDADE DE PAU DOS FERROS

TIPO DE EQUIPAMENTO	IDENTIFICAÇÃO	%
Identificação do logradouro	Existe	36,55
Identificação do logradouro	Não existe	61,73
Pavimentação	Existe	63,42
Pavimentação	Não existe	34,87
Calçada	Existe	80,12
Calçada	Não existe	18,17
Meio-fio/guia	Existe	61,91
Meio-fio/guia	Não existe	36,38
Bueiro/boca de lobo	Existe	12,47
Bueiro/boca de lobo	Não existe	85,82
Esgoto a céu aberto	Existe	27,35
Esgoto a céu aberto	Não existe	70,94

Fonte: IBGE, censo demográfico (2010).

O que se atesta é a fragilidade no fornecimento de serviços básicos, com quantitativo ainda relativamente insuficiente para atender necessidades básicas da população. Fato que corrobora com a concepção de Vitte (2010) ao enfatizar ineficiências dos equipamentos para atender as demandas sociais. Neste caso, Pau dos Ferros atesta ser mais um exemplo de crescimento desordenado do espaço urbano em virtude da ineficiência ou mesmo ausência do planejamento urbano a luz de parâmetros legais. Fato que tanto caracteriza a urbanização brasileira.

Considerações finais

Visa-se aqui a construção de um trabalho geográfico, tendo como objetivo contribuir para os estudos e pesquisas relacionadas a questão da segregação socioespacial correlacionada ao planejamento urbano de políticas públicas territoriais. A segregação socioespacial é considerada como uma consequência a partir da necessidade da ampliação do planejamento urbano territorial. Demonstra-se que um dos principais fatores da segregação no município de Pau dos Ferros é reflexo de como a gestão pública local trata das condições do planejamento urbano nos bairros periféricos da cidade.

Isso faz refletir até que ponto existe o compromisso com o território, uma vez que é considerado um dos elementos de suma importância para o planejamento em políticas públicas que possa favorecer o desenvolvimento de locais vulneráveis em termos de infraestrutura.

Portanto, cabe a continuidade de estudos e pesquisas concernentes a realidade da segregação socioespacial no Brasil e principalmente no Alto Oeste Potiguar, já que se precisa de um planejamento territorial capaz de solucionar ou amenizar os efeitos caóticos de espaços segregados.

Referências

ANDRADE, M. C. O. **A questão do território no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Serie Princípios. 3º ed., n.174, 1995, p.1-16.

CUNHA, J. M. P. Planejamento municipal e segregação socioespacial: por que importa?. (in) BAENINGER, Rosana (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo-Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.

DANTAS, J. R. Q. **Cidades médias no desenvolvimento regional**: Um estudo sobre Pau dos Ferros (RN). Natal, RN, 2014. Tese de doutorado.

FERNANDES, D. L; RUIZ, T.C.D & GÂNDARA, J. M.G. O Impacto do Planejamento na Imagem da Cidade. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul (RS) Brasil, 16 e 17 de novembro de 2012.

FERREIRA, R. Cidades Democráticas Hostis e Rebeldes: as cidades para as pessoas e as cidades contra as pessoas. In: Santos Junior, O. A ... [et al]. **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais**. 1º ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p.121-127.

GOTTSCHALG, M. F. S. **Segregação Sócio-Espacial Urbana e Intervenção Estatal: Uma abordagem geográfico social.** Documento especial, Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS), 2012, p.24.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005, 252p.

IBGE, Censo demográfico 2010. Disponível em <<http://www2.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2000md.asp?o=28&i=P>>. Acesso em: 30 set, 2017. 18:45.

MORAIS, M. C. C. **Terras potiguares.** 3.ed. Natal: Editora Foco, 2007.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico:** Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS JUNIOR, O. A. Os Conflitos Urbanos e o Direito à Cidade. In: Santos Junior, O. A ... [et al]. **Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais.** 1º ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2007, p 16-19.

SANTOS, M. A Questão: o uso do território. In: _____ (orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9º ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 19-22.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

STEIN NETO, A.A. A ilegalidade na produção do espaço urbano. In: Calixto, M. J. M. S (org.) **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade.** Dourados, MS: editora da UFGD, 2008, p.147-191.

THEIS, I. M. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil. **Revista Paraense de Desenvolvimento,** Curitiba, v.37, n.131, p.79-97, jul/dez de 2016.

TORRES, H. G. *et al.* **Pobreza e Espaço: Padrões de Segregação em São Paulo.** Estudos avançados 17 (47), 2003, p. 97-128.

VITTE, C. C. S. Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social. (in) BAENINGER, Rosana (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais.** Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo-Unicamp; Brasília: UNFPA, 2010.